

## Editorial: Tornamo-nos idealistas e pragmatistas?

Não é incomum certa análise “livre” das obras de Marx e, por vezes, dada a necessidade premente de intervenção prática, o autor é usado como fonte de inspiração, e não como um pensador cuja contribuição ainda tem vinculação com o que se passa na atualidade. Esse tipo de interpretação traz à tona aquilo que J. Chasin (2009; 2023) chamou de “hermenêutica da imputação”, por meio da qual um posicionamento particular do leitor é introduzido no texto interpretado, não raro, com uma finalidade política específica imediata. E, assim, os ditos marxistas, com certa frequência, acabam por deixar de lado a leitura rigorosa da obra do próprio Marx. No limite, como destacou novamente Chasin (2000), tem-se a conjunção entre uma hermenêutica subjetivista e uma posição claramente politicista. A crença na onipotência da política – e consequente cegueira diante das determinações sociais da política e da vontade criticadas pelo autor das *Glosas marginais ao artigo do rei da Prússia* (2010) – acaba por confluir com o uso “tático”, para que se use um eufemismo, da obra de Marx. Nesse sentido, no cenário da crise contemporânea do sistema capitalista de produção e da ofensiva do capital diante do trabalho, não é raro que pensadores “marxistas” como Domenico Losurdo (2010), aqui tomado como exemplo, busquem defender o estado, o direito e, no limite, o legado do stalinismo. O problema é que, procedendo desse modo, o autor italiano não fala a partir de Marx, entretanto, igualmente verdadeiro é que Losurdo acabou por influenciar interpretações – ora mais, ora menos honestas – da obra marxiana. Assim, a necessidade imediata ainda dita a tônica que é dada, em verdade atribuída e imputada, à obra do autor de *O capital*.

É vital deixar claro o seguinte: se a “utilidade” de Marx é servir somente de inspiração imediata (ou mesmo remota, aqui não importa), sua atualidade, ao fim e ao cabo, não se torna verdadeiramente explicitada. Nesse caso, talvez seja possível identificar “fontes de inspiração” que se mostrem muito mais eficientes no combate imediato e pragmatista – e, portanto, sem caráter verdadeiramente revolucionário – das mazelas do capitalismo da contemporaneidade. Efetivamente, é isso que acontece com certa frequência.

Na crítica à imediatividade do sistema capitalista de produção – algo necessário,

mas não suficiente para um marxista –, são muito mais coerentes autores como Butler, Foucault, Agamben e Boaventura Santos, dentre outros. Algo comum que marca todos esses autores é a posição contrária à obra de Marx e de seu legado. Ou seja, se abordarmos a questão como ela realmente se apresenta, os marxistas têm se colocado, no mais das vezes, no mesmo terreno que os autores acima mencionados (aquele do proveito político imediato de determinada teoria), sem qualquer vantagem comparativa. Na época do autor de *O capital*, Proudhon e Lassalle se mostraram muito mais influentes que Marx. Mobilizavam grande número de trabalhadores e trabalhadoras. Hoje se sabe que as teorizações desses dois autores são absolutamente incapazes de apreender as determinações basilares do sistema capitalista de produção. Acreditamos que algo semelhante se passe com pensadores contemporâneos, como os referidos linhas acima, que enxergam Marx como um autor ultrapassado e contra o qual é necessário se posicionar. Em outras palavras, o Mouro passou a ser encarado pelas estrelas contemporâneas da novíssima esquerda como um autor do século XIX, cuja obra provocou resultados desastrosos, tendo em vista os impasses provocados pelas transições intentadas para o socialismo do século XX. Dito de outro modo: a esquerda contemporânea, em geral, é *antimarxista*. A posição defensiva diante do avanço contemporâneo do capital não vem sendo exercida por marxistas em geral, fenômeno que sinaliza a *morte da esquerda*, como bem colocou J. Chasin (2023).

Por via de consequência, a ofensiva frente ao capital, preconizada por autores como Mézáros (2002), necessita de análises e reflexões bem compreendidas e elaboradas a partir da própria obra de Marx. E, como não poderia deixar de ser, o primeiro passo para se chegar a esse patamar reside na análise cuidadosa de seus escritos, com o objetivo de identificar o que ele de fato pensou e formulou. O caminho a ser percorrido talvez seja mais árduo do que possa parecer para os mais desavisados.

É claro que isso não significa afirmar que a ofensiva defendida por Mézáros esteja na ordem do dia ou algo do gênero, contudo, tornou-se vital reconhecer que, mesmo considerando fins práticos imediatos, “a hermenêutica da imputação” ou as abordagens que mencionamos se revelam totalmente ineficazes frente ao desafio de superar o capital. Se o que Mézáros (2002) afirma é verdadeiro, somente por meio da compreensão apurada da realidade e com uma postura não apenas reativa seria possível se contrapor ao modo de produção capitalista. A tarefa é de tal envergadura que, em verdade, mesmo o marxismo de boa parte do século XX foi tematizado por

Lukács (2020b; 2013) como algo que deveria passar por um renascimento radical.

Ademais, é importante sublinhar que os marxistas em geral não se dedicam à leitura das obras de Marx, e quando o fazem não o compreendem com o mínimo de rigor; ou seja, no anseio de buscar soluções práticas imediatas, procuram transpor mecanicamente a teorização marxiana para os problemas dos séculos XX e XXI. Por isso, de acordo com o autor húngaro, em verdade, eles não seriam propriamente marxistas. Esta é uma das razões pelas quais o stalinismo dominou boa parte do movimento socialista; ironicamente, após tantos dilemas regressivos, assiste-se hoje a certa tentativa de revivê-lo teoricamente. Parece que o cenário não é muito melhor do que aquele do tempo em que Lukács escreveu e justificou sua proposta de renascimento do marxismo, o que torna ainda mais vital envidar esforços na direção preconizada pelo autor húngaro. Ou seja, é preciso compreender Marx com seriedade; avançar diante de suas conquistas com ajuda dos clássicos do marxismo; trazer, com as devidas mediações, uma análise marxista do capitalismo contemporâneo e, por fim, elaborar uma crítica efetiva deste último. Isso significa afirmar a necessidade prática de superação do capitalismo.

Há pistas suficientes a apontar que uma das mazelas envolvidas nas dificuldades acima apontadas tem a ver com as incompreensões de toda sorte, que vêm atravessando décadas, acerca da natureza da proposta propugnada por Marx, acerca da aproximação gnosiológica dos complexos reais efetivamente existentes (Chasin, 2009; Lukács, 2010; 2012; 2013).

A fonte de tantos dilemas talvez tenha sido a controvertida relação crítica de Marx com a tradição clássica alemã, que resultou, para alguns, em uma extensão não percebida de parâmetros idealistas não apenas em sua propalada “fase juvenil”, mas também em boa parte de seu percurso da maturidade. Contudo, detendo-se com rigor nas obras, sobretudo, de seu período inicial, constataremos que a fase rigorosamente idealista não passa de meados de 1843. Ou seja, o acerto de contas, a rejeição da “substância mística” hegeliana, do seu “misticismo lógico, panteísta” se realiza nas afamadas *Glosas de Kreuznach* (Marx, 2003a). Já nesse período é possível identificar, em seus contornos mais decisivos, a opção gnosiológica de Marx, que rejeita qualquer tipo de construtivismo especulativo, seja este resultante de alguma tentativa de correção sofisticada – mas, sempre formalizante – dos limites das ciências do entendimento, seja ele – o que vem a ser tão unilateral e equivocado quanto – qualquer

tipo de edificação, mesmo elevada ou tortuosa, de algum cogito transcendental. Estes dois caminhos equivocados, por mais diferentes que sejam entre si, não elidem a distância essencial que os separa da formulação marxiana, visto que ambos não ultrapassam a dação de sentido pela razão, com a única distinção cabível de um *a priori* para um *a posteriori*. Resumidamente, o construto simplesmente muda de lugar: antecede ou sucede o golpe de vista que se dirige ao mundo, imanentemente carente de sentido; dá sentido à entificação antes ou depois de tocá-la. Mas é sempre a razão a doadora de significação a um mundo, imanentemente carente de sentido. Condição mesmo de existência de sentido, no primeiro caso; aproximação genérica, emulsão significativa em meio a um campo homogeneizado, no segundo, ambos tomam a operação mental como constituinte de sentido, divergindo entre si na forma e na extensão com que tudo se realiza. Diferença importante, mas radicalmente diversa daquela que opõe ambas à posição marxiana: a razão descobre, reproduz – “na forma única pela qual a cabeça é capaz de fazê-lo” – pelo conceito o sentido das coisas (ver Vaisman, 2006, pp. 9-18). Para os dois caminhos anteriormente apontados, em primeiro lugar, as coisas são desprovidas de sentido e, em segundo, a razão é, digamos, a oficina ou a linha de montagem do significado.

Na atualidade, a interrogação de rigor – sobre a irreduzível natureza social humana e a historicidade intrínseca à sociabilidade, conquistas da obra de Marx – constitui a plataforma geral que pode vir a dinamizar o clareamento do ser e do saber da cotidianidade, como o entendimento e a prática da atividade científica e filosófica. Nesse resgate da subjetividade ativa, racionalmente potencializada – mas nunca como império da vontade –, o oponente que ela tem de enfrentar são as mil faces de sua negação, que se reiteram impiedosamente em todos os espaços, tanto individuais quanto sociais, desde a renúncia cética até a impertinência da desrazão ou irrazão, como queiram.

Desse modo, uma das dimensões da contribuição decisiva para o conhecimento das várias formas da sociabilidade, sobretudo a capitalista, foi a *revolução teórica* conformada por Marx. De acordo com ele, as coisas do mundo humano têm elas mesmas um sentido imanente, portanto, o método aqui tem a função de buscar e captar esse sentido. A razão, em contrapartida, entendida como uma figura histórica e socialmente constituída, reproduz esse mesmo sentido. É, portanto, *reprodutora* de sentido, e nunca sua usina originária. As coisas do mundo são reconhecidas, mas não como empiricamente amorfas, em sua imanência que é passada, a uma forma de

pensamento, ou seja, não é o pensamento que dá forma ao mundo, recortando os objetos a partir da pletora caótica do mundo fenomênico. Já em artigo de finais de 1843, Marx se posiciona a respeito, ao demonstrar os limites da crítica à religião operada por Feuerbach, quando afirma que a “missão da filosofia a serviço da história /.../ consiste em desmascarar a autoalienação em suas formas profanas” (Marx, 2003b).

Em suma, uma razão doadora de sentido oscila entre a aproximação genérica, vaga, unilateral e a imputação arbitrária de significados. Oscila, portanto, entre um quase nada formal e um quase tudo suposto. Como pontos de partida de uma prática, podem ir em um gradiente do nada ao tudo se pode.

São variantes epistemológicas que voltam as costas às proposituras marxianas: aqui em relação a um saber que se prova quando capaz de intenção transformadora. E isso não é nenhum pragmatismo.

Trata-se, em verdade, de uma nova concepção de objetividade, que não guarda nenhum parentesco nem com a solução kantiana, nem com a hegeliana. Em palavras bem simples e diretas – como convém em determinados momentos –, não se trata de organizar o mundo pela cabeça, mas organizar a cabeça pelo mundo.

Marx reivindica a organização da cabeça regida pelo mundo, mas não o mundo das notas ou manchas empíricas, e sim como todo existente e significativo por si porque é (não discutimos aqui a questão da gênese). O pensamento deixa de falar sobre si mesmo para falar sobre as coisas, ou seja, deixa que as coisas “façam” e “façam” o pensamento, pois este, em Marx, é histórica e socialmente constituído, como aludimos acima. Nesse sentido, a razão é transcendida pelo mundo, condiciona a visão sobre ele, porque é condicionada antes pelo próprio mundo. Ou melhor, nesse processo, ora transcende, ora é transcendida – condiciona por ter sido condicionada, isto é, quando o faz, já o faz como resultado. Atente-se que, para Marx, qualquer disjunção aqui é uma forma de renúncia da razão histórica e das formas pelas quais ela pode ser edificada.

Num mundo inamovível e onde graça a inamovibilidade, esta desobrigação conforta, um reconforto utópico subjetivo. Em outras palavras, quando o mundo aparece incapaz de se mexer, a única coisa que se agita é o espírito. Aqui o espírito volta a ser a revolução do mundo, tal como os neo-hegelianos de quem Marx nos fala criticamente não apenas em *A ideologia alemã*, mas também, como é sabido, em outras obras do mesmo período.

Quando a solução materialista não é capaz de dar conta do lado ativo, o idealismo assume a cena e se expande, para entusiasmo da grande maioria. Não é sobre questões dessa ordem que Marx se pronuncia na primeira tese Ad Feuerbach?

\*\*\*

Este número de *Verinotio – Revista on-line de filosofia e ciências humanas* apresenta aos leitores um leque variado de produções de qualidade, começando por um dossiê sobre arte e seguindo com artigos sobre temas livres, além de tradução, entrevista e resenha.

Abrindo o Dossiê Arte: prática e crítica, apresentamos O aprendiz e o aprendizado: gênese e primeiras recepções de *Wilhelm Meister*, de Goethe, texto de autoria de Manoela Hoffmann Oliveira, autora de tese de doutorado sobre o clássico *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. Após breve exposição do processo de elaboração da obra por Goethe, Hoffmann aborda duas fases da recepção do texto e discute a longa tradição crítica que o toma como um *Bildungsroman*. Ela ressalta que os críticos analisaram especialmente o percurso do protagonista e que, em geral, concordaram acerca da sua realização individual, embora discordando do conteúdo do aprendizado e do caráter da relação existente entre aprendizado e maestria. A autora chama a atenção para o silêncio dos referidos críticos, inclusive os românticos da segunda geração (para os quais o texto foi extremamente significativo), a respeito das determinações sociais da (ir)realização da individualidade.

O ensaio que vem a seguir, intitulado Da crítica de arte na imprensa brasileira: revendo e atualizando a arte e a crítica nos anos 1980, é de Ronaldo Rosas Reis. O texto aborda um tema de grande relevância na atualidade: a prevalência cultural do pós-modernismo, uma das vertentes contemporâneas do irracionalismo. Para tanto, o autor trata da controversa relação entre a crítica de arte e a imprensa no Brasil, tendo como foco a rotulação ideológica de um grupo de jovens artistas emergentes na cena artística como “geração anos 1980”, à qual foi atribuído pelo conglomerado midiático um conformismo inerente. Ele observa que a forma como a arte entretenimento é tratada pela mídia lhe pespega um rótulo libertário para distrair do interesse pela arte que verdadeiramente importa. De acordo com o autor, a crítica agenciada pela mídia mercantilizada dificulta todo esforço de compreensão do que seja uma história artística do país. Rosas Reis ainda aponta um nexos causal entre *libertarismo* e *liberalismo* pós-moderno, que afirma ser parte do processo de destruição da razão que marca nossa

história recente.

Na sequência, Luiz Eduardo Lopes da Silva e Ronaldo Rosas Reis, no texto *Estética, violência e solidariedade: juventude faccionada no proibidão*, discutem a relação entre facções criminais e jovens ludovicenses da periferia culturalmente engajados no gênero do *funk* conhecido como “proibidão”, identificado como principal elo entre membros das facções locais detidos nos presídios e os referidos jovens. Se à primeira vista ressaltam-se as letras apologéticas da violência e sexualizadas, uma análise mais acurada mostra, segundo os autores, que o “proibidão” abarca uma teia complexa de afetos e relações contraditoriamente articuladas e dissimuladas sob a violência da superfície. Por outro lado, avaliam que as letras dos *funks* também sintetizam e difundem regras determinadas pelas lideranças das facções no interior dos presídios e disseminadas pelos seus membros nas periferias da Grande São Luís, no Maranhão, numa ética que medeia conflitos internos e enfatiza a solidariedade e a união. Os autores concluem que o *funk* tem sido uma forma de sensibilização estética e de conscientização do pertencimento comunitário entre a juventude da periferia de São Luís envolvida com facções criminosas e duramente atingida por políticas estatais de encarceramento e extermínio.

Encerrando o Dossiê, Elisabeth Hess e Paula Alves abordam um dos objetos mais recorrentes no pensamento lukácsiano, a crítica literária, no texto *Partidarismo e crítica literária: alguns elementos para a compreensão da “estética comunista” de Georg Lukács*. As autoras refletem sobre a especificidade do tratamento da literatura no decorrer do desenvolvimento teórico do filósofo húngaro, apresentando elementos da estética marxista lukácsiana, particularmente da relação entre literatura e história e, por conseguinte, das necessidades artísticas com as do desenvolvimento histórico. O texto ressalta que marxista busca uma síntese objetivamente verdadeira entre a compreensão da esfera estética, o entendimento da função da arte em relação a outras áreas das atividades humanas, e o conhecimento das condições materiais que a determinam. Afirma, ainda, a objetividade da ligação entre valor estético e uma relação dialética de forma e conteúdo, cujos fundamentos corretos devem se erguer sobre uma teoria que sustente a perspectiva da arte como autoconsciência do desenvolvimento humano. As modificações sofridas pelo pensamento lukácsiano no tocante a esta temática são apresentadas no bojo de transformações sócio-históricas e políticas. As autoras mencionam os debates de Lukács com outras vertentes, como o realismo stalinista contaminado pelo sociologismo vulgar, e se detêm no debate sobre o

romance histórico.

Abrimos a seção de temática livre com o “Epílogo” a *Por que Lukács?*, de Nicolas Tertulian. Trata-se de manuscrito inédito enviado pelo autor para Juarez Torres Duayer e Ester Vaisman no ano de 2009, e que fazia parte da versão inicial provisória do livro *Por que Lukács?*, ainda em elaboração naquela época. Não se conhecem as razões que fizeram com que o autor suprimisse o “Epílogo”, concebido, pelo menos inicialmente, como capítulo final da versão que, finalmente, veio a ser publicada em Paris pela editora da Maison des sciences de l’homme no ano de 2016. A tradução para o português, recém-publicada pela Boitempo Editorial, ao seguir o original francês efetivamente publicado, também não traz o que Tertulian intitulou provisoriamente de epílogo. O fato é que o autor tratou do tema em dois capítulos da edição publicada, “Caldeirão ideológico romeno” e “Encontros com Cioran”, mas em nenhum deles com a profundidade e a agudeza do manuscrito ora publicado pela *Verinotio*. O comitê editorial da revista resolveu levá-lo a público dada a importância da análise e da denúncia ali contidas, e por se tratar de assunto que atualmente é da mais alta importância do ponto de vista teórico-ideológico, não apenas nos países do Leste europeu.

Publicamos também As formas jurídicas em *O capital*, de Vitor Bartoletti Sartori. No texto, o autor se posiciona criticamente em relação à teoria pachukaniana, a posição dominante no que toca à crítica marxista do direito no país. Segundo tal teoria, há um vínculo indissociável entre as categorias da economia mercantil e monetária e a própria forma jurídica, decorrente da forma mercantil. Por isso, a crítica marxista do direito referenciada no teórico russo deveria se contrapor não só ao conteúdo classista das normas jurídicas, mas também à sua forma, inerentemente capitalista e necessária à própria mercantilização. Sartori, por seu turno, busca demonstrar que, se Marx faz, de fato, críticas às formas jurídicas, a categoria forma jurídica tem uma importância menor do que o afirmado pela crítica marxista do direito. Para tanto, o autor se remete a *O capital*, principalmente ao Livro III, buscando comprovar, por meio da leitura imanente, que a correlação das formas jurídicas com a forma-mercadoria, geralmente, é muito mais mediada e indireta do que imagina uma primeira avaliação. Ademais, Sartori pontua a existência de um sem-número de assuntos que estão presentes na obra magna marxiana e cujos aspectos jurídicos ainda necessitam de estudos mais aprofundados.

Antônio José Lopes Alves é o autor de A força de trabalho como forma de ser: protoforma da individualidade do capital em Marx, texto que vem na sequência. O artigo parte da categoria força de trabalho enquanto instrumento que possibilita acessar elementos substanciais do caráter específico que a individualidade toma no modo de produção capitalista e da sociabilidade correspondente. Com base na análise imanente da obra marxiana, intenta demonstrar seu estatuto de referente geral para o entendimento da referida forma particular de individuação, ou seja, o fato de ser “um referente genérico que apresenta em si, de modo sintético, articulado numa totalidade unitária de diferentes determinações, um conjunto de traços que caracterizam um ente em uma forma de ser particular, uma forma objetiva de existência ou uma inflexão processual”. Para explicitar essas descobertas, o autor aborda as determinações que, no seu entender, a partir da modernidade, tornam a força de trabalho livre individual, mercantilizada, uma protoforma de individuação na sociabilidade do capital: a capacidade humana de realizar trabalho como forma de ser do capital e força de sua produção, o modo particular de alienação da força de trabalho, o caráter complexo do objeto apropriado pelo capital e a relação que o indivíduo tem consigo mesmo como proprietário privado de força de trabalho.

O irracionalismo e sua teoria do conhecimento: reação agnóstico-relativista de Guerreiro Ramos ao marxismo (1939-1955), artigo de Leandro Theodoro Guedes, Elcemir Paço Cunha e Wescley Silva Xavier, tem como objeto os textos iniciais de Alberto Guerreiro Ramos sobre teoria do conhecimento. Segundo os autores, se já há outros estudos que se debruçaram sobre a adesão do conhecido sociólogo brasileiro a tendências epistemológicas específicas, eles próprios buscam, no texto em tela, suprir uma lacuna no tocante à existência de tendências irracionalistas nas primeiras elaborações do sociólogo acerca do tema. Tais elaborações subsidiarão o diagnóstico de questões contemporâneas e o prognóstico para seu enfrentamento entre os analistas que se remetem a suas análises. Após breve excursão metodológico, os autores fazem uma caracterização histórica do irracionalismo e de sua teoria do conhecimento. Na sequência, procedem à análise imanente dos textos relativos ao tema escritos no período 1939-1955 por Guerreiro Ramos que, tendo elegido o marxismo como adversário, aderiu ao agnosticismo relativista existencialista e fenomenológico. A análise revela laivos irracionalistas, os quais se manterão, conforme os autores, em consagrados textos posteriores do teórico brasileiro, nos quais as questões relativas à epistemologia comparecem articuladas a preocupações sociológicas, políticas e econômicas.

Ester Vaisman comparece neste número da *Verinotio* com o texto intitulado Sobre “O ideal e a ideologia” em *Para a ontologia do ser social* de G. Lukács: novos comentários sobre o tema. A autora revisita um assunto com o qual trabalha desde o início dos anos 1980, num movimento de constante aprofundamento e concomitante ampliação do estudo. Ela comenta o profícuo itinerário intelectual de Lukács, no qual os problemas atinentes à subjetividade (e à sua relação com a objetividade) sempre estiveram presentes. Vaisman aponta a importância da reflexão lukácsiana sobre as especificidades do “momento ideal” e suas relações com o momento material na esfera da prática, detendo-se em sua tematização sobre a ideologia. Destaca a grande originalidade do tratamento que Lukács dá ao tema, desenvolvido a partir de manifestações textuais de Marx, e mostra que o filósofo húngaro, nos últimos anos de sua vida, refutou as abordagens mais disseminadas, que se utilizavam do critério gnosiológico para a determinação do fenômeno ideológico, ao qual contrapôs a utilização do critério ontoprático. Lukács, argumenta a autora, havia se empenhado em demonstrar à exaustão o caráter teleológico da atividade laborativa e, então, comprovar que a prática social, ampla e diversa, compartilha características comuns com aquela, ou seja, caracteriza-se pela interveniência de um momento ideal. A autora então se debruça sobre o problema da ideologia na *Ontologia do ser social*, aprofundando-se nas considerações a respeito deste complexo tema.

O artigo seguinte é de Gabriella M. Segantini Souza, Marx e o cardápio da taberna do futuro: sobre os caminhos para uma revolução russa no século XIX. Partindo da análise dos esboços e da carta final enviada por Marx em resposta a uma pergunta posta pela revolucionária russa Vera Zasulich, além de outros escritos do filósofo alemão que têm como temática a Rússia, a autora investiga a questão do desenvolvimento histórico na obra marxiana. Ao tratar da assim chamada acumulação originária em *O capital*, Marx afirma que o modo de produção capitalista pressupõe a separação entre produtores e meios e condições de produção, de modo que o camponês se torne trabalhador assalariado e as pequenas propriedades rurais deem lugar à propriedade privada. Mas a Rússia, um país de desenvolvimento não clássico, ainda era naquele momento uma sociedade agrária marcada pela comuna, vista por uns como forma arcaica de produção condenada a desaparecer, e por outros como embrião do comunismo. Revisitados pela autora, os textos de Marx sobre a Rússia oferecem importantes materiais para a reflexão sobre as diferentes vias de objetivação do capitalismo e sobre a própria visão de história do autor renano. Bem assim, é possível compreender a perspectiva do filósofo alemão

sobre a possibilidade de uma revolução na Rússia no século XIX. O artigo se contrapõe a interpretações do pensamento de Marx que o tomam como um esquema de um movimento inevitável do desenvolvimento humano, transformando-o numa filosofia da história, etapista, que conteria uma noção de progresso linear e necessário.

Abordando uma bibliografia semelhante, sobre o mesmo local e época – ou seja, o debate no interior do marxismo sobre a possibilidade revolucionária da comuna agrária na Rússia –, Lucas Parreira Álvares, em seu artigo *Romantismo ou regeneração?*, discute a relação entre o pensamento de Marx e a tradição romântica. Após breve exposição do percurso bibliográfico da discussão no Brasil, detém-se na edição que recebeu o nome de *Lutas de classes na Rússia*, da Boitempo Editorial, mais especificamente na introdução do sociólogo franco-brasileiro Michael Löwy, também organizador do livro. Löwy associa os escritos de Marx a uma espécie de “romantismo revolucionário”, enquanto Álvares, embora reconhecendo a importância do sociólogo no campo do pensamento social crítico, propõe outra compreensão da relação entre o filósofo alemão e o pensamento romântico. Avalia que esta tradição teórica está presente na obra de Marx, mas não como uma influência, uma vez que este procurou se distanciar dessa perspectiva, em toda a extensão de sua obra, em particular nos textos em que tratou da Rússia.

A seção Tradução apresenta o texto *O novo irracionalismo*, de John Bellamy Foster, assentado sobre a afirmação de que o irracionalismo está novamente na moda. O autor inicia com a definição do problema do irracionalismo, a partir de *A destruição da razão*, de Lukács, que objetivava demonstrar que o irracionalismo, longe de ser uma contradição ou um desenvolvimento fortuito, era um produto *par excellence* do próprio capitalismo, particularmente do estágio imperialista. Na esteira de Lukács, o autor faz uma abordagem histórica do irracionalismo, reconstruindo a linhagem intelectual irracionalista e antimodernista que remonta a Nietzsche, Bergson e Heidegger. Concorda com Lukács: a derrota histórica do fascismo não implicara seu desaparecimento, mas ele continuava nutrindo à socapa tendências reacionárias. Para o professor estadunidense, dada a fraqueza da esquerda ocidental, foi o irracionalismo burguês que definiu o clima intelectual dominante do imperialismo tardio, refletindo uma contínua destruição da razão. O irracionalismo passara a desempenhar um papel crescente na constelação do pensamento, manifestando-se em vários graus de intensidade do pós-modernismo e do pós-estruturalismo desconstrutivistas de pensadores como Jean-François Lyotard e Jacques Derrida às novas filosofias da

imanência representadas por figuras supostamente de esquerda como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Bruno Latour, Jane Bennett e Timothy Morton. Também critica o filósofo lacaniano-hegeliano Slavoj Žižek, que, segundo ele, acabou por tomar partido pela tradição anti-humanista proveniente do heideggerianismo de esquerda. Critica, ainda, os tratamentos pós-humanistas da crise ecológica, particularmente na forma do que é chamado de “novo materialismo” (Latour, Bennett e Morton), afirmando que, sob uma aparência radical, são reacionárias. Conclui que são muitas as reviravoltas irracionistas e reacionárias existentes no interior do que ainda se entende como uma análise de esquerda.

Apresentamos em seguida uma importante entrevista concedida por Nicolas Tertulian a Mihaï Dinu Gheorghiu, que recebeu o título de Itinerário e encontros com Marcuse, Lukács, Adorno. O filósofo romeno, falecido em 2019, conta inicialmente de sua atuação universitária na Faculdade de Filosofia da Universidade de Bucareste, a partir de 1969, e suas primeiras batalhas contra a autocracia do partido. Em seguida, apresenta seus contatos intelectuais com diversos autores na Europa e no Japão, tecendo importantes comentários avaliativos sobre suas teorias. Aborda, ainda, suas relações teóricas e pessoais com Lukács.

Por fim, fechando o amplo leque de formatos de difusão do pensamento incluídos neste número de *Verinotio*, apresentamos a resenha de Gabriella Segantini Os porquês de *Por que Lukács?*, obra seminal de Nicolas Tertulian lançada no Brasil este ano pela Boitempo Editorial. Traduzida por Juarez Duayer, com revisão técnica de Ester Vaisman, trata-se de uma autobiografia intelectual do teórico romeno, em particular de sua relação com o filósofo húngaro G. Lukács, de quem foi muito próximo. A autora reconstrói a tessitura do texto de Tertulian e demonstra a sua importância para o conhecimento e difusão de seu pensamento e, especialmente, da obra de Lukács.

### Referências bibliográficas

- CHASIN, J. *A miséria brasileira*. São Paulo: Ad Hominem, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O futuro ausente*. Rio das Ostras: Verinotio Livros, 2023.
- LOSURDO, Domenico. *Stálin: uma lenda negra*. Trad. Jaime Clasen. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. Trad. Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

- \_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social* v. I. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social* v. II. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. *A destruição da razão*. Trad. Bernardo Hess, Rainer Patriota e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Instituto Lukács, 2020a.
- \_\_\_\_\_. *Essenciais são os livros não escritos*. Trad. Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2020b.
- MARX, Karl. *Crítica à filosofia do direito de Hegel*. Trad. Leonardo de Deus e Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Crítica à filosofia do direito de Hegel – introdução”. In: MARX, Karl. *Crítica à filosofia do direito de Hegel*. Trad. Leonardo de Deus e Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2005b.
- \_\_\_\_\_. *Glosas marginais ao artigo do rei da Prússia e a reforma social*. Trad. Ivo Tonet. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- VAISMAN, E. “A importância da polêmica sobre as relações entre Marx, filosofia e método”. In: *A obra teórica e o marxismo*. Campinas, Cadernos Cemarx n. 3, 2006, pp. 9-18.